

Relação e comunidade num contexto neoliberal

Insights da filosofia de Buber
para a busca de alternativas

Ozanan Vicente Carrara

1. Introdução

No artigo passado, apresentamos os pressupostos fundamentais da filosofia buberiana acerca da relação e da comunidade. Cabe-nos agora perguntar se os *insights* da filosofia buberiana dizem algo à nossa realidade de sociedade neoliberal e se eles são válidos na busca de soluções ou alternativas frente aos desafios que tal modelo coloca diante de nós. Mais importante que fechar questões em torno de algo tão controvertido como o neoliberalismo em suas mais diversificadas correntes, é buscar modelos alternativos. Penso que a filosofia de Buber contém alguns germes que apontam na direção de um modelo alternativo, seja por seus estudos e reflexões acerca do tema *Comunidade*, seja por suas reflexões, considerações e críticas sobre as idéias e experiências dos socialistas utópicos. Nosso objetivo é levantar os elementos principais do pensamento neoliberal tal como ele vem se apresentando e, a seguir, contrapor-se-lhes os *insights* buberianos, numa tentativa de mostrar como eles contêm os germes de um modelo alternativo. Começarei por tentar explicitar o que é o projeto neoliberal a partir de alguns autores que têm se detido em sua análise.

2. O que é o neoliberalismo?

Podemos caracterizá-lo como uma filosofia do ser humano que se apresenta como teoria econômica, atribuindo um valor científico à economia. Como tal, o neoliberalismo formula sua própria

visão total do ser humano além de uma ética condizente com seus princípios. Os economistas liberais, desde Adam Smith, sempre se preocuparam em libertar a economia de preceitos morais e de dogmas religiosos. O mercado se ofereceu então como o mecanismo que asseguraria a justiça nas relações humanas, sem ter de se subordinar a valores morais, preceitos e princípios éticos.

Com a abertura do mercado das nações, começaram a surgir os monopólios e oligopólios. A idéia de mercado livre é utópica, pois não surge de uma experiência concreta, mas de uma idéia de mercado perfeito. O mercado parte da pressuposição de que todos os trabalhadores podem competir livremente, pois estariam todos em um nível de igualdade. A realidade demonstra que o trabalhador não tem livre escolha, mas tem de se submeter à proposta de trabalho do empresário que é mais forte. A consequência da liberdade de mercado é a desordem social.

No século XIX, o liberalismo justificou a expansão comercial da Inglaterra pelo mundo. Um novo tipo de liberalismo hoje justifica a expansão comercial dos EUA, abrindo caminho para sua entrada em todos os mercados nacionais do mundo todo. Assim, o livre mercado serve aos interesses americanos e aos de suas empresas. Essa teoria liberal se apresenta como globalização que é, na verdade, uma justificação da dominação econômica sobre o mundo por parte dos EUA, Europa e Japão.

Um segundo argumento que justifica a ascensão e consolidação do neoliberalismo, segundo seus defensores, é o perigo do socialismo que seria a negação do livre mercado. Se a fonte da liberdade está no mercado, o socialismo está em oposição a essa liberdade. O socialismo, por ser planejamento, nega a liberdade de mercado. Sua forma concreta foi a União Soviética, mas também a social democracia é perigosa, pois conduziria ao socialismo. O planejamento, impossível a nível nacional, é uma necessidade mundial. Os bens, segundo o neoliberalismo, serão distribuídos de modo arbitrário e não segundo a livre escolha dos indivíduos.

A globalização se tornou também um programa político que formou as elites econômicas nos últimos 25 anos. Assim, os programas de ajuste na América Latina constam sempre dos mesmos elementos: supressão ou redução significativa dos obstáculos à livre circulação dos capitais, dos bens e serviços; a destruição de todos os coletivos que defendem os indivíduos, deixando-os entregues às forças do mercado.

O objetivo é acabar com todas as intervenções do estado na economia. Este ficaria reduzido ao papel de defender os direitos da propriedade e os contratos assumidos no mercado. Preços e salários,

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

por exemplo, ficariam à mercê do mercado. Todos os serviços públicos devem ser privatizados. Sindicatos e organizações de trabalhadores devem ser reduzidos senão supressos.

As conseqüências dessa política nós as estamos vendo: a desintegração da família que se transformou numa célula de consumidores, sem comunicação nenhuma entre seus membros; a eliminação de todas as formas de associação que não estejam na dependência de empresas (é o fim das cooperativas e sociedades de trabalho coletivo); a insegurança dos indivíduos quanto ao seu futuro e das nações diante das superpotências que as obrigam à subordinação; a economia se volta quase inteiramente para a exportação, o que aumenta os recursos dos ricos e diminui os dos pobres; a submissão da economia nacional à lei da competitividade (as empresas reduzem os salários e seus impostos); o dinheiro dos mais ricos não é para o investimento e a criação de empregos, mas para a especulação financeira; o aumento do número de desempregados e das vítimas da competitividade que destrói qualquer forma de solidariedade entre os trabalhadores. (COMBLIN, 1999, p. 15-25).

O pensamento neoliberal se fundamenta em quatro premissas básicas:

- . Os agentes individuais tomam decisões motivados unicamente pelo interesse próprio e todas as interações econômicas, políticas e/ou sociais entre esses indivíduos só podem ser explicadas em termos desse interesse próprio.
- . Essas interações baseadas no interesse próprio não resultam no caos social, mas na harmonia, uma vez que fazem parte de uma ordem natural.
- . A expressão dessa ordem natural é o mercado. Ele promove a interação entre todos os interesses individuais. Isto significa a manutenção da ordem natural.
- . Qualquer intervenção nesse mercado dificultaria o estabelecimento dessa ordem natural (GONÇALVES, 1994, p. 21 apud CARCANHOLO, 1996, p. 18).

2. A proposta buberiana

A proposta social e política de Buber, amparada em sua filosofia da relação, do encontro e do diálogo, indica uma direção radicalmente oposta à tendência dominante do neoliberalismo. Poderíamos chamá-la de socialismo comunitário. À centralização neoliberal, Buber propõe um sistema baseado em relações mútuas e recíprocas entre pessoas, grupos, associações, cooperativas e comunidades. Às imposi-

ções de ordem tecnológica que criam oligopólios e monopólios e pregam a necessidade de uniformização, Buber propõe a criação de um espaço que favoreça a liberdade, a autonomia, a espontaneidade, a autoconfiança e a criatividade. O modelo Buberiano dá grande valor à iniciativa local e ao auto-sustento. Ele dá primazia ao princípio social sobre o político. O que deve determinar a validade de um determinado sistema é sua capacidade de promover as relações entre as pessoas e povos, entre estes e a terra, de tal maneira que os bens não sejam primordialmente vistos como propriedade de alguém, mas como bens a serem partilhados entre todos de acordo com as necessidades de cada um. Robert Hoover vê no modelo de Buber quatro princípios que se complementam: sustentabilidade moral, sustentabilidade material, tecnologia sustentável e sustentabilidade econômica (FRIEDMAN, 1996, p. 253-265). Seria um modelo centrado no modo de relação eu-tu em oposição ao dominante modelo do “mundo do isso”. Neste sentido, os insights da filosofia de Buber são imprescindíveis se quisermos avançar na construção de um modelo social e político cujo fundamento seja a compreensão do homem como um ser relacional que se imponha como alternativa ao modelo neoliberal para o qual só existem indivíduos que se guiam pelos critérios da utilidade.

3. Como o sistema neoliberal afeta as relações humanas

No mundo neoliberal do *isso*, as virtudes da cidadania estão desaparecendo. Esta nova estrutura social que está sendo gerada e a desigualdade que ela cria tende a intensificar o individualismo. Cada um busca apenas a sua própria satisfação. O ser humano passa a ser definido a partir dos valores (ou contra-valores) da utilidade e da rentabilidade. O homem se acha então sozinho no mundo com a tarefa de lutar contra todos pela própria sobrevivência.

Thatcher dizia não conhecer sociedade, mas somente indivíduos. Hayek, um dos ideólogos fundadores do neoliberalismo, afirmou categoricamente, no Chile, em 1981, que a moral da sociedade livre requer a manutenção de algumas vidas, não de todas, porque algumas teriam de ser sacrificadas para preservar um número maior de outras vidas. Daí que as únicas normas morais sejam as que levam ao cálculo de vidas: a propriedade e o contrato. Nessa mesma linha de raciocínio, ele justificava a existência de poderes absolutos cuja função seria evitar e limitar todo poder absoluto no futuro. Legitimava assim a ditadura de Pinochet. (COMBLIN, 1999, p. 49-50).

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

No mundo neoliberal do *isso*, segundo a lógica do mercado, cada um vende ou compra porque quer. O mercado proporciona satisfação: cada um pode comprar e vender pelo preço que lhe satisfaz. Todos saem ganhando ao vender aquilo de que não precisavam e ao comprar aquilo de que precisam. No mercado, as pessoas se orientam pelo egoísmo: cada um quer o melhor para si e não se preocupa com os outros. Quem vendeu por egoísmo se ilude, pensando ter ajudado seu irmão que comprou. A soma desses egoísmos produz solidariedade, espírito comunitário e ajuda mútua. Dessa forma, um individualismo tão radical produz uma “comunidade perfeita entre iguais”. É esse tipo de amor que o egoísmo produz.

Os países em desenvolvimento ou tratam de alcançar os padrões da velocidade mundial ou serão cortados dos mercados. Não se podem discutir as condições, mas simplesmente tratar de estar presente no mercado mundial. Os vencedores serão os que chegarem primeiro. Esse modelo recebe o nome de capitalismo niilista porque não leva a lugar nenhum senão à vitória do poder que outro objetivo não tem a não ser o de ser poder. Daí o nome niilista no sentido nietzschiano.

O mundo neoliberal do *isso* é extremamente individualista. Cada pessoa é reduzida à condição de produtor/consumidor. O parâmetro que dita o seu relacionamento com os outros é o mercado, onde todos agem buscando apenas a satisfação de seus próprios interesses. O outro para o mercado é o comprador/consumidor ou o vendedor de quem se tira o máximo possível e se entrega o mínimo possível. No mercado, cada um procura salvar a própria vida em detrimento do outro, pois é a soma dos egoísmos que vai produzir a comunidade solidária e o amor altruísta de uns para com os outros.

No mundo neoliberal do *isso*, as novas elites não se responsabilizam nem pela nação nem pelos seres humanos ou pelos que de alguma maneira dependem delas. Elas não aceitam a sua responsabilidade pelo destino da humanidade. As novas elites simplesmente ignoram a existência do gênero humano, dos povos e da sua própria pátria. Prova disso é o incessante crescimento da desigualdade entre a classe dirigente e o resto da população. A utopia neoliberal ensina que, através da desigualdade, se chegará à libertação dos pobres e à igualdade. Assim, a utopia funciona como ideologia, gerando a aceitação da desigualdade sem arrependimento e até mesmo dando vazão à irresponsabilidade. (COMBLIN, 1999, p. 34).

A liberdade de movimento das hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais trouxe muitas vantagens a elas como a de admitir a existência apenas dos competidores que se fazem ouvir. Essa

é a mobilidade dos investidores que se desconectam de obrigações com os empregados, os fracos que se isentam da responsabilidade de contribuir para sua vida cotidiana e para a perpetuação da comunidade. O poder se tornou extraterritorial, isto é, os proprietários podem gerenciar seus bens à distância. Não acontece o encontro com a alteridade e isso faz com que os capitalistas e corretores imobiliários da era moderna não enfrentem limites reais que os obriguem ao respeito aos direitos dos trabalhadores. Os únicos limites que sentem e respeitam são os impostos pela administração sobre o livre movimento do capital e do dinheiro. Se esse encontro for forçado pelos trabalhadores, por exemplo, o capital não teria dificuldades em demonstrar as suas armadilhas, criando um ambiente mais maleável e suave. Assim, as ocasiões que propiciariam tentativas de “reduzir a diferença pela força” ou que estimulariam a vontade de aceitar “o desafio da comunicação” ficariam bastante reduzidas. O capital pode sempre se mudar para um lugar mais pacífico se o compromisso com a alteridade vier a exigir aplicação dispendiosa da força ou negociações exaustivas. É possível evitar o compromisso. (BAUMAN, 1998, p. 16-18).

No mundo neoliberal do *isso*, a construção das cidades obedeceu sempre aos princípios do planejamento prévio e ao da regularidade, segundo o código de Morelly, publicado em 1755. Seus princípios da uniformidade e da regularidade foram complementados pelo postulado da subordinação funcional de todas as soluções arquitetônicas e demográficas às necessidades da cidade como um todo e pela exigência de separar os espaços de acordo com as funções e a qualidade dos seus habitantes. Assim, os que não se enquadrassem nos padrões de normalidade (doentes, idosos e inválidos) seriam confinados em áreas separadas a uma certa distância. E os excluídos serão colocados em celas de prisões numa exclusão perpétua da sociedade. (BAUMAN, 1998, p. 44-45).

Para os utopistas, a cidade seria a encarnação espacial da liberdade. Na concepção de Le Corbusier, um dos urbanistas mais famosos da modernidade, é preciso distinguir e separar as funções do trabalho, vida doméstica, compras, diversão, culto, administração, isto é, cada função deveria ter um lugar definido reservado a esta única função. Isso tudo significaria a morte da rua (o espaço do encontro) que seria substituída por pistas destinadas ao tráfego, sem perturbações causadas por caminhantes ou passantes. Nesse esquema, o plano diretor, com seu rigor lógico e estético, impor-se-ia aos moradores que o deveriam aceitar resolutamente. O plano diretor seria a condição da felicidade humana justamente por ser o “ajuste perfeito entre as necessidades humanas cientificamente definíveis e

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

a disposição inequívoca, transparente e legível do espaço de vida”. A construção de Brasília, por exemplo, projetada por Oscar Niemeyer, foi a tentativa de materializar a concepção urbanística de Le Corbusier. A projetada cidade moldaria seus habitantes. O resultado de Brasília foi a ausência de multidões e ajuntamentos, as esquinas vazias, o anonimato dos lugares, as figuras humanas sem rosto e a monotonia do ambiente. Seu plano destruiu a possibilidade de encontros fortuitos. Há lugares específicos para reuniões com um propósito definido. Brasília se tornou o espaço perfeitamente estruturado para pessoas projetadas em tubos de ensaio, para criaturas destinadas a tarefas administrativas e legais. Revelou-se, na prática, um espaço carente de tudo o que é verdadeiramente humano. (BAUMAN, 1998, p. 50).

As megalópoles modernas, com seus bairros vigiados, espaços públicos com proteção cerrada e admissão controlada, guardas nos portões eletronicamente controlados não se tornaram espaços de união, mas, ao contrário, o evitamento e a separação se tornaram as estratégias de sobrevivência de seus habitantes.

No mundo neoliberal do isso, “o isolamento reduz, diminui e comprime a visão do outro: aquilo de mais individual que pode se tornar visível nas pessoas não é mais visto quando o intercâmbio deixa de existir; a intimidade pessoal cede lugar à caracterização e as categorias legais subjagam a disparidade, tornando irrelevante a singularidade das pessoas e dos casos”. Há tendência na sociedade moderna de categorizar como crime todos os atos indesejados ou de natureza dúbia e de puni-los com a prisão. Assim, o diferente é segregado espacialmente. O outro, jogado forçosamente à condição de estranho e mantido dentro de fronteiras espaciais rigorosamente vigiadas, colocado à distância, sem comunicação regular, tem a sua singularidade individual e pessoal arrancada ao se submeter ao impacto subjugador da lei e também da lei criminal. As ações cometidas por pessoas indesejáveis pela “ordem” podem mais facilmente ser consideradas criminais do que a daqueles que roubam nações inteiras pela “promoção do livre comércio” ou os que roubam famílias e comunidades inteiras de seus meios de subsistência, através do “enxugamento” ou “racionalização”. O mundo neoliberal criminaliza a pobreza. (BAUMAN, 1998, p. 114).

No mundo neoliberal do isso, o mercado se tornou uma razão coletiva que substitui a consciência no tomar de decisões, um processo social que está acima das ações individuais e se impõe a elas. “O mercado se revela como a instância inconsciente dotada da capacidade de produzir o próprio homem enquanto ser livre”. Para conquistar essa liberdade, o homem precisa renunciar a toda liberdade pes-

soal e submeter-se ao mecanismo inconsciente das leis de mercado. “A liberdade do homem é fruto da liberdade dos preços enquanto mecanismo de socialização”. A liberdade não se encontra no indivíduo, mas nas instituições mercantis. Só através do mercado se pode chegar a uma vida feliz e livre. (OLIVEIRA, 1995, p. 64-65).

No mundo neoliberal do isso, humildade é deixar que o capital arrase o homem e a natureza. Orgulho é defender o homem e a natureza da ameaça que o capital desenfreado está preparando contra eles. Essa moral se desenvolve numa mística do mercado, do dinheiro e do capital. “O homem é apenas aquilo que as relações mercantis fazem dele” (OLIVEIRA, 1995, p. 76).

3.1 A proposta buberiana

Na filosofia Buberiana, o homem existe e encontra o sentido de sua existência na relação com os outros. Isso evita que ele se veja jogado a uma situação solitária ou que busque refúgio na massa. As duas atitudes impedem o encontro do homem consigo mesmo e com a alteridade. Contra o individualismo característico da sociedade neoliberal, o homem se conhece no contexto do encontro de um com o outro.

A atitude *tu*, ao invés de promover competição ou reduzir o outro à utilidade, caracteriza-se pela reciprocidade, confirmação mútua, mutualidade, diretividade, presença, intensidade ao contrário do isolamento a que o mercado submete o indivíduo, passando a ver no outro um competidor que o ameaça. Como ser dialógico, o homem se volta para o outro, tornando-o presente ao contrário da atitude da elite neoliberal para quem o outro não existe ou com quem não se tem nenhum compromisso. A própria presença do outro exige de mim uma resposta e, ao responder, eu me responsabilizo pelo outro. A experiência do diálogo é que me faz pessoa.

O consumismo desenvolve a capacidade de usar em detrimento da relação. O modo *eu-tu* de relação deve redirecionar o desejo de lucro e de poder. Acima de tudo deve estar o homem e a vida humana. O mercado não pode nunca ser um fim em si mesmo, mas é e deve ser sempre um meio submisso aos valores humanos básicos. O outro, seja ele o índio, o negro ou o que não se enquadra no sistema deve ter a liberdade de viver a sua própria peculiaridade e, mais do que isto, de viver segundo os valores de sua própria cultura. É preciso ainda desenvolver um relacionamento saudável com a terra contra a ética do progresso e do desenvolvimento que tem caracterizado a modernidade. A filosofia de Buber contém os germes dessa nova atitude do homem em relação à terra.

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

A própria liberdade possui natureza dialógica, pois o seu mundo é o das relações intersubjetivas. A liberdade implica a responsabilidade pelo outro, pelas gerações futuras, pela preservação da natureza. Ela não pode ser pensada fora da relação com a história ou fora do contexto da comunidade.

Buber diz ainda que as cidades e seus projetos urbanísticos deveriam ser de tal modo concebidos e construídos que favorecessem o encontro e o relacionamento entre as pessoas. Infelizmente, olhando a realidade de nossas grandes cidades, percebemos que o que prevaleceu foi a concepção funcional da regularidade e da uniformidade.

Desta forma, acredito que os *insights* da filosofia de Buber são uma resposta válida aos desafios da sociedade neoliberal e contêm as pistas que apontam na direção de caminhos alternativos.

4. A comunidade como alternativa válida ao projeto neoliberal

Não resta dúvida de que o modelo socialista de Buber vê na comunidade a célula básica a partir da qual toda a sociedade se reestruturaria. A pergunta que surge então é se existe lugar para a comunidade dentro do sistema neoliberal. Pelo que vimos até aqui, este tem se caracterizado por enxergar apenas indivíduos e suas necessidades. Seria então a comunidade, tal como Buber a concebe, uma alternativa válida ao sistema neoliberal? Vejamos como alguns autores vêem a comunidade na atualidade.

Raquel Paiva, professora de comunicação comunitária na UFRJ, trabalhou a questão da comunidade e comunicação em sua tese de doutorado, mostrando como, no mundo neoliberal do *isso*, a luta pela existência e a competição pelo espaço se tornaram a “força de união” entre os membros da comunidade. Ela entende comunidade aqui como uma formação natural e espontânea. Essa corrente, diz ela, substitui o termo comunidade por ecossistema na equação: indivíduo mais competição mais espaço é igual a comunidade.

No conceito contemporâneo de comunidade, Paiva vê a questão da territorialidade como secundária e a espacialidade deve ser entendida dentro do horizonte das inovações tecnológicas. A estrutura espacial importante na atualidade é a superfície topológica determinada pelos meios de comunicação. Na atualidade, os indivíduos se referem a grupos de setor, identificam-se com comunidades simbólicas e pertencem a sistemas não espaciais. Nos meios urba-

nos hoje, torna-se necessário criar ocasiões de encontro e conhecimento recíproco com o fim de formar a consciência do grupo. A desagregação orgânica e real da comunidade seria um dos fatores que provocaram os estados totalitários deste século. Num ambiente de competição e incertezas, as massas humanas tendem a justificar proposições, a fortalecer ideologias e forças políticas que tomam a forma de uma grande comunidade humana com a qual se identificam e compartilham suas vitórias. Contra essa forma de totalitarismo, a revalorização de instituições, como a família, o grupo primário, a autonomia da comunidade local podem se oferecer como valores ainda fundamentais. Paiva quer mostrar como a comunidade pode ajudar o indivíduo a estruturar sua existência. A psicologia comunitária, por exemplo, diz ela, preocupa-se com a cura do indivíduo a partir da compreensão do contexto em que está inserido. (PAIVA, 1998, p. 81-82).

Em seu trabalho, ela mostra como o pensador italiano, Adriano Olivetti, inspirado pelos socialistas utópicos do século XIX, Saint-Simon e Fourier, projetou uma estrutura comunitária, na cidade de Ivrea. Preocupou-se com o nascimento de um interesse comum de ordem moral e material entre os homens. Essa comunidade de interesses diminuiria os contrastes e conflitos entre agricultura, indústria e artesanato e ajudaria os homens a superar uma vida fracionada, compartimentalizada e não solidária. O seu projeto político inclui a reorganização do espaço natural, uma melhor distribuição do poder e a formação de um novo ethos, ou seja, um espírito de solidariedade e fraternidade. Ele prega ainda o descentramento industrial além do fato de que a comunidade deva possuir parte do capital acionário das médias e grandes fábricas. A média populacional dessas comunidades deve variar entre 75 e 150 mil habitantes. Cada pessoa, a seu ver, deve estar disposta ao contrato social. As pessoas devem poder explicar-se através do contrato direto. As cidades pequenas deverão conservar sua estrutura administrativa e as grandes deverão incluir em seus planos a deliberação comunitária. Em países de alta densidade demográfica e vasto território, deve-se criar um órgão intermediário entre a federação e o município como um Conselho Regional, composto de representantes das comunidades da região.

Olivetti acredita num aperfeiçoamento espiritual da personalidade associado a um aperfeiçoamento físico. Para tanto, reforça o papel da família e fala da necessidade de se colocar o evangelho como lei superior da comunidade. Para Olivetti, o desenvolvimento dos instrumentos de globalização, especialmente no transporte e nas telecomunicações, reduziriam os contatos humanos a meros encontros de

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

“energia nervosa”, trazendo como consequência a perda da sensibilidade que é a compreensão e o conhecimento exato da vida. Essa nova ordem que ele esboça seria uma tentativa de resgatar o ideal de convivialidade entre os homens, com justas relações de troca entre eles.

Num mundo em que o estado se ausenta, cada vez mais, sobretudo nas questões sociais, torna-se necessário criar instituições intermediárias entre as instituições políticas e a sociedade civil. Essas instituições poderiam ajudar a formar para a cidadania, transformando pessoas caracterizadas pelo egoísmo e individualismo em cidadãos fortalecidos pelo espírito público.

Paiva se ampara ainda no filósofo canadense Kenneth Schmitz que defende a inserção da estrutura comunitária na sociedade atual. Ele acha que na ausência de instituições comunitárias, o indivíduo ficaria perdido, “sem direção num espaço social sem trilhas e suas expectativas não teriam estabilidade nem disciplina”. No entender de Schmitz, não há nem o particular nem o universal, mas indivíduos-enquanto-comunais e a tarefa ontológica da instituição é assegurar o bem comum dos indivíduos. Para que essas novas formas sociais possam funcionar e se tornem instituições, elas devem partir de uma necessidade e serem de tal modo estruturadas que sirvam ao legítimo interesse público. (PAIVA, 1998, p. 132).

Relacionando a comunidade à instituição, Paiva vê descortinarem-se três possibilidades: 1) a própria comunidade atuaria como instituição orgânica em que se conjugassem interesses e objetivos definidos, congregando indivíduos a partir de seus propósitos. 2) uma instituição, como as prefeituras, por exemplo, seria responsável pela consolidação e estruturação de um esquema comunitário. 3) a produção de instituições teria o objetivo de criar laços mais estreitos e vigorosos entre os membros da comunidade. Incluem-se aí calendários, mitos e ritos celebrados de maneira coletiva cuja função é “gerar sentido de existência partilhada não apenas geograficamente, mas territorialmente”. (PAIVA, 1998, p. 134).

Schmitz acredita que “seria uma vantagem se as sociedades pudessem recuperar um reconhecimento abrangente dum conceito de eternidade que incorporasse tanto o futuro quanto o passado, e ainda os transcendesse”. A consciência atual de que os recursos naturais são finitos pode provocar uma ação coletiva, dentro de um propósito conjunto de avaliação, numa sociedade até então caracterizada pela fragmentação. (PAIVA, 1998, p. 139).

A ecologia tem feito com que o bem comum seja olhado de maneira conjunta como na preservação de reservas naturais, conservação de espécies ameaçadas e proteção do meio ambiente contra a devastação. A questão ecológica se coloca como temática mundial,

forçando a ultrapassagem dos limites da fragmentação e do espaço restrito dos pequenos grupos. Para fundamentar sua posição, ela se baseia em pensadores como Charles Taylor, Karl Otto Apel e Christopher Lasch que se situam nessa linha de pensamento.

Para Taylor, três males afetam a sociedade contemporânea: 1) perda do sentido e o desaparecimento do horizonte moral, proporcionados pelo individualismo. 2) o domínio da razão instrumental, ou seja, uma racionalidade voltada para a eficácia máxima. 3) perda da liberdade devido ao controle tecnológico. Taylor acredita que a única força capaz de deter a hegemonia galopante da razão instrumental seja um vasto movimento democrático ou um projeto coletivo eficaz. Para isso, ele propõe a descentralização do poder. O poder dos cidadãos poderia contrabalançar as forças regional e planetária. Para Taylor, na comunidade, o horizonte moral ainda não perdeu o domínio e a fragmentação e o atomismo social não são as forças mestras. Para ele, há duas possibilidades de vivência comunitária: 1) a comunidade como forma de gerenciamento da estrutura social (enfoque norte-americano). Os EUA têm produzido muitos estudos que mostram a viabilidade do comunitarismo como meio de se ordenar a sociedade contemporânea. Christopher Lasch se refere a este movimento contra uma catástrofe nuclear e o esgotamento das reservas naturais como a “cultura do sobrevivencialismo”. Para Apel, pela primeira vez na história, “os homens devem assumir, numa escala planetária, uma responsabilidade solidária pelos efeitos de suas ações”. 2) Comunidade como estruturas que tornam explícitos os conceitos de riqueza e de pobreza, devido às enormes diferenças sociais. O acesso aos bens e serviços é desigual. A estrutura comunitária aqui pode ajudar as pessoas a se conscientizarem de sua situação, a despertar o sentimento de agregação e a buscar soluções em conjunto além de atuar como pressão, como estratégia de participação efetiva nos dispositivos sociais e como meio de descentralizar o poder. (PAIVA, 1998, p. 143-145).

4.1 O cooperativismo

Paiva mostra ainda uma nova forma de agrupamento voluntário que tem avançado nos espaços deixados livres pelo mercado e pelo Estado que são as organizações não-governamentais (ONGs) ou organizações sem fins lucrativos. A sociedade civil também precisa se sentir responsável pela solução dos problemas sociais, comprometendo-se com as lutas por melhorias através da doação de seu tempo livre.

Existem também novas formas de cooperativas que necessi-

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

tam de capital apenas para pagar a matéria-prima e a mão-de-obra especializada (os serviços são realizados internamente), e têm a sua produção voltada para as necessidades do consumidor e não para o lucro do capital.

4.2 O novo rosto do socialismo

Buber diz que o tipo de comunidade que ele concebe encontraria espaço dentro de um modelo socialista de sociedade. Neste sentido, os que defendem uma estrutura comunitária, hoje, também a concebem dentro de um modelo socialista. Os partidos de esquerda fazem uma revisão do seu passado em dois aspectos: a democracia e o mercado. Há um consenso, hoje, na esquerda, em torno de uma certa forma de mercado.

Comblin, em seu trabalho sobre o neoliberalismo, mostra como o professor David Schweickart, da Loyola University de Chicago, propõe um modelo utópico que se fundamenta em três eixos: autogestão dos trabalhadores, mercado restrito e investimento socializado. Ele o chama “democracia econômica”, mas poderia ser chamado também “socialismo de autogestão”. Em sua proposta, Schweickart propõe que o trabalhador se torne acionista de sua empresa com direito a voto e participação nos benefícios. Quanto aos fundos para investimentos, a atribuição dependerá da situação de cada país. No modelo japonês, o investimento é elaborado numa instância econômica suprema e o plano é discutido pelo poder legislativo. O investimento poderia ser distribuído mediante os bancos a partir do plano global, numa repartição global dos recursos disponíveis para investimentos.

Comblin cita ainda o prof. Robert Heilbroner, da New School for Social Research, em Nova York, que imagina uma sociedade cujo princípio de integração seria a participação, ou seja, todos os cidadãos participariam das decisões em matéria econômica mediante debate e votação. Este princípio determinaria as tarefas de cada um na empresa, os bens e serviços produzidos por ela e a distribuição do seu produto. Isso acabaria com o modelo atual em que as decisões são tomadas em função dos interesses de alguns que controlam o capital ou controlam o acesso às informações imprescindíveis. Para que essa mudança ocorra, a igualdade social deve ser aceita como norma em toda a sociedade. Isso supõe que a humanidade se decida a sair do egoísmo que sempre a caracterizou.

Comblin se ampara também em Hillary Wainwright, da Univer-

cidade de Manchester, que propõe também uma sociedade de cooperativas ou sugere a possibilidade de um “planejamento cooperativo”. Seria necessária uma troca de informações entre cooperativas para que se pudesse planejar a produção em colaboração com todas as empresas ao invés de invocar a concorrência do mercado. O mercado de trabalho deveria prover o mercado com um salário básico para que o trabalhador, mesmo se optar por não participar no mercado de trabalho, tenha um certo controle sobre o futuro e sobre o uso que faz da informação provida pelo mercado. (COMBLIN, 1999, p. 146).

É preciso criar um tipo de cultura que influa a escolha de modelos de economia. O consumo voraz é característica das classes altas. “Não pode haver transformação socialista num contexto cultural de puro individualismo”. Para Celso Furtado, só o Estado pode frear a inflação consumista das classes médias. Mas para que isto aconteça, deve haver um amplo consenso cultural. As religiões e as Igrejas podem ajudar a criar essa cultura anticonsumista. (COMBLIN, 1999, p. 147).

A nível internacional, o FMI precisaria se tornar um banco de emissão mundial cujo dinheiro emitido teria valor nas relações internacionais. Impostos sobre as operações especulativas internacionais alimentariam esse fundo mundial ou ainda impostos sobre a renda da energia ou ainda pelos dividendos da paz, ligados à redução dos gastos em armamentos. O sistema de comércio mundial criaria um mecanismo eficiente para estabilizar os preços das matérias-primas, impor obrigações ecológicas e até mesmo um imposto sobre o meio-ambiente. Estabeleceria controle sobre os paraísos fiscais. As ONGs representariam a cidadania do mundo.

A privatização hoje parece irreversível. É preciso criar um tipo de controle social da economia sem que se caia de novo na estatização. Alguns apontam para a multiplicação do sistema cooperativista. Há muitos outros sujeitos sociais além do estado, como associações inferiores, onde a participação democrática é possível. (COMBLIN, 1999, p. 149).

É preciso reinventar a utopia, ou seja, elaborar uma visão ideal que aponte metas alternativas, distintas e mesmo opostas às estruturas já estabelecidas. A tarefa da esquerda é, sem dúvida, oferecer um projeto alternativo ao neoliberalismo, uma visão utópica do futuro que impulse as mudanças. “A sociedade neoliberal desintegra, atomiza, destrói qualquer comunidade”. (COMBLIN, 1999, p. 143).

A prosperidade que o sistema econômico mundial promete ficará reduzida a uma elite cada vez mais reduzida. O sul nunca alcançará o nível de desenvolvimento do norte, pois o sistema imperialis-

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

ta não permitirá o surgimento de outras potências. Por outro lado, os atuais níveis de produção e consumo não poderão ser mantidos devido ao progressivo esgotamento das reservas naturais do planeta. Caminhamos para uma crise ecológica sem proporções. Para muitos, o socialismo é a única alternativa viável que se oferece.

A cultura da solidariedade, da fraternidade e da esperança que o socialismo sempre pretendeu criar contra a cultura do egoísmo individualista e da morte que o capitalismo propaga parece derrotada após a queda dos regimes socialistas do leste europeu. Os meios de comunicação capitalistas conseguiram, através da propaganda, incutir falsas esperanças e ilusões através do sistema de mercado, alimentando a inércia e o fatalismo resignado dos oprimidos.

Uma alternativa viável seria a luta pela democratização da mídia e pela construção de uma rede cultural alternativa cuja base seriam os sindicatos, as comunidades de base, os movimentos camponeses e indígenas, as pastorais sociais da Igreja e as associações de bairro.

“O desafio dos socialistas é encontrar um caminho para a constituição de uma nova universalidade concreta (no sentido hegeliano) que não negue as particularidades culturais, religiosas ou nacionais, mas as supere dentro de uma solidariedade humana e fraternal”. Esse universalismo, para Lowy, já estaria nascendo na tradição socialista operária e nos novos movimentos sociais, como o movimento ecológico, feminista, a teologia da libertação, as ONGs de solidariedade, os movimentos anti-racistas e outros. (LOWY, 1996, p. 40-41).

Para Lowy, deve-se avançar na crítica dos limites da racionalidade instrumental (herança do iluminismo) em nome de uma racionalidade superior, substancial, humano-concreta como a da Escola de Frankfurt ou a da teologia da libertação. A filosofia pós-moderna em moda multiplicou os jogos de linguagem mutuamente irredutíveis. Certos meios religiosos integralistas/conservadores tentaram o resgate do irracional. Os ideólogos pós-modernos exaltam a fragmentação, a dissociação e a atomização dos movimentos sociais, opondo-se a qualquer tentativa de re-totalização ou universalização que eles vêem como regressão anacrônica ao passado. Para Lowy, a tarefa do socialismo seria “aproximar esses movimentos entre si e com o movimento operário, em busca de uma convergência, de um terreno comum, de uma unidade que respeite a autonomia de cada um, mas que os associe em um combate pela emancipação universal”. (LOWY, 1996, p. 41).

A filosofia da práxis que propõe a transformação do mundo, dentro de um projeto socialista, cujos fundamentos são a auto-emancipação revolucionária dos trabalhadores e a utopia da socie-

dade sem classes, sem exploração e dominação não morreu, mas tem ainda muito a dizer ao mundo atual. Para Lowy, o marxismo falhou por subestimar as forças não-econômicas de dominação como as de raça, nação, cultura e gênero; por reduzir o sujeito revolucionário somente à classe operária, ignorando a força das mulheres, camponeses, indígenas, negros, minorias nacionais, etc.

Para enfrentar o desafio ecológico, o marxismo precisaria abandonar a cultura do desenvolvimento das forças produtivas e da indústria na sua forma atual, abraçando a defesa do equilíbrio ecológico. É preciso atenuar a dimensão revolucionária do marxismo, num esforço para reconciliá-lo com a realidade do mercado capitalista e com o modelo ocidental de modernidade. Para Lowy, é necessário “radicalizar a ruptura marxista com a modernidade capitalista-ocidental, integrando os desafios teóricos e práticos postos pelos movimentos sociais contemporâneos como a ecologia, o feminismo e a teologia da libertação”. (LOWY, 1996, p. 43).

A nova civilização seria fundada no valor do uso e na democracia socialista, nos recursos renováveis e no cuidado da natureza, na igualdade das raças e dos sexos, na fraternidade social e na solidariedade universal. Para Lowy, o marxismo, para se renovar, precisa reintegrar valores culturais, sociais, comunitários e ecológicos do passado pré-capitalista em seus projetos de futuro. Para ele, não é possível “criar ou imaginar uma sociedade pós-capitalista sem explorar as tradições comunitárias pré-capitalistas, sem mobilizar a resistência dessas tradições contra o “rolo compressor” da modernização capitalista”. Trata-se, para ele, de se apoiar nas experiências e formas de vida anteriores à “Grande Transformação” trazida pela dominação totalitária do mercado sobre a vida social e assim criar um tipo de modernidade alternativa à do capital. (LOWY, 1996, p. 44).

5. A proposta buberiana

A forma de cooperativa que Buber concebe incorpora as funções de produtor e consumidor. Esse tipo de estrutura social permite o contato diário através do trabalho, o que dá condições às pessoas de crescer em relações *eu-tu* e, em um nível mais amplo, em relações do tipo nós. A partir dessas unidades de base, Buber vê uma estrutura mais ampla de uma grande rede ou federação de comunidades articuladas. Para que essa estrutura se viabilize é necessário combater toda forma de centralização excessiva. Essa centralização não parece acontecer mais em torno do Estado, mas o modelo neoliberal tem nas multinacionais o seu cérebro e o seu motor. O processo de absor-

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.

ção ou fusão em curso concentra a produção nas mãos de poucas empresas gigantescas que eliminam as mais fracas e crescem ilimitadamente. São elas as ameaças permanentes ao poder dos Estados nacionais porque impõem suas regras sobre as nações que têm necessidade delas para se desenvolverem, exigindo todo tipo de privilégios e isenção. São elas que enfraquecem as organizações dos trabalhadores ao rivalizar os trabalhadores de nações diferentes, através da terceirização e multiplicação de unidades de produção. Instalam-se onde a mão-de-obra é menos dispendiosa, permanecendo, no entanto, ligadas a seus países de origem de onde influenciam a política exterior desses governos. Elas se guiam por uma centralização cada vez maior. Buber já via o perigo de um centralismo planetário ilimitado que destruiria qualquer comunidade livre. Ele defendia uma rigorosa linha demarcatória entre o índice de governo e o de autonomia, entre a lei de unidade e a exigência de comunidade. Talvez aqui o estado tenha uma função essencial a cumprir na imposição de critérios e limites à atuação de multinacionais e na defesa dos povos contra a dominação do capital especulativo, na proteção dos pobres contra as arbitrariedades do voraz mercado livre e na redistribuição justa dos bens, formando cidadãos livres e conscientes.

Buber vê na educação a arma poderosa que pode devolver ao princípio social a primazia sobre o princípio político ao contrário da propaganda que tem sido a arma de manipulação do neoliberalismo. A educação buberiana tem como princípios fundamentais a liberdade e a espontaneidade.

O neoliberalismo não leva as pessoas a confrontar o mundo relacionalmente como um *tu*, mas apenas como um *isso* a ser explorado indefinidamente pela alta tecnologia com o objetivo de ganhar o máximo possível num período mais curto possível. Só uma estrutura comunitária de produção poderia proporcionar uma atitude relacional com relação ao mundo e à natureza. Aí prevaleceria o interesse comum a longo prazo, principalmente das gerações futuras, que precisam encontrar um mundo respirável. Uma atitude relacional ensinaria as pessoas a cuidar da terra como a casa de todos, a explorar racionalmente os recursos naturais com responsabilidade, substituindo recursos não renováveis por recursos renováveis. Buber já preconizava a exploração e administração conjunta dos territórios e jazidas de matérias primas de todo o planeta.

Somente uma economia comprometida com a construção de estruturas comunitárias de produção e consumo poderá se tornar uma economia genuína nos moldes da atitude *tu* do socialismo comunitário de Buber.

Bibliografia

COMBLIN, José. *O Neoliberalismo – Ideologia dominante na virada do século*. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Teologia e Libertação – Série IV – Desafios da Cultura).

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização – As Consequências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum – Comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MALAGUTI, Manoel L. et al. *Neoliberalismo: A Tragédia do Nosso Tempo*. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e Economia*. São Paulo: Ática, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Farsa do Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998.

BUBER, Martin. *Eu e Tu*. Introdução e Tradução de Newton Aquiles Von Zuben. 2. Ed. São Paulo: Moraes, 1977.

_____. *Do Diálogo e do Dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982. (Coleção Debates).

_____. *Sobre Comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 1987. (Coleção Debates).

_____. *O Socialismo Utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1986. (Coleção Debates).

FRIEDMAN, Maurice. *Martin Buber – The Life of Dialogue*. London: Routledge and Kegan Paul Limited, 1955.

_____. *Martin Buber and the Human Sciences*. New York: State University of New York Press, 1996. Edited by Maurice Friedman.

●
CARRARA, Ozanan
Vicente.
Relação e comunidade
num contexto
neoliberal. Insights da
filosofia de Buber para a
busca de alternativas.
Mimesis, Bauru,
v. 24, n. 2, p. 101-118,
2003.